



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania

*Ações do Ministério da Educação
no enfrentamento ao
Trabalho Infantil*



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Direito à Educação
Universalização da Educação Básica
Aprendizagem enquanto um Direito Social



Brasil **196.702 escolas** de educação básica, que registram **51.549.889 matrículas** de estudantes e cerca de **2,2 milhões de professores** nos 27 estados e DF e 5.565 municípios.

Os sistemas de ensino são autônomos e seguem regras gerais do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Educação para formação cidadã baseada no Art. 2º da LDB:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Acompanhamento da Frequência Escolar

As Secretarias de Educação de todo o país informam a frequência escolar dos estudantes de 6 a 15 anos beneficiários do Programa Bolsa Família. A presença em 85% das aulas é uma das contrapartidas obrigatórias do programa e considerada um importante instrumento de inclusão social. Atualmente, o Ministério da Educação monitora 38% da frequência dos mais de 51 milhões de estudantes no Brasil, representando **17 milhões de estudantes**.



Taxas de Abandono Escolar:

Brasil	Taxa de Abandono Escolar											
	Beneficiário				Não beneficiário				Total			
	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais		Total	Anos Iniciais	Anos Finais		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	
2012	2,8	1,5	4,5	7,4	3,2	1,7	4,9	11,3	3,1	1,6	4,7	10,4
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP/2012.												



Ocorrências de trabalho infantil no acompanhamento da condicionalidade em educação do Bolsa Família - 2010 a 2013:

2010					
	fev/mar	abri/mai	jun/jul	ago/set	out/nov
Brasil	136	289	270	366	354
Total de ocorrências em 2010					1.415

2011				
fev/mar	abri/mai	jun/jul	ago/set	out/nov
117	225	248	344	255
Total de ocorrências em 2011				1.189

2012					
fev/mar	abri/mai	jun/jul	ago/set	out/nov	
181	281	323	432	353	
Total de ocorrências em 2012					1.570

2013					
fev/mar	abri/mai	jun/jul	ago/set	out/nov	
163	281	247	323	338	
Total de ocorrências em 2013					1.352

MEC e sua inserção nos debates para discutir e subsidiar sua política educacional

Conselhos, comissões e grupos de trabalho com representação de órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, entidades dos sindicatos patronais, de trabalhadores e organismos internacionais visando a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes e promoção e defesa de seus direitos:

→ **CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; **CONAETI** – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil;

→ **FNPETI** - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; entre outros.

→ **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador** - Segunda Edição (2011-2015);

→ **Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente** - ações reafirmadas na Matriz 4 (Estratégia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil).



Articulação com o Conselho Nacional de Educação

As **Diretrizes Nacionais Educação em Direitos Humanos** devem ser efetivadas pelos sistemas de ensino e suas instituições e estabelecem que "todas as pessoas, independente do seu sexo; origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/super dotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática”.

Art. 8º da Resolução, a Educação em Direitos Humanos torna-se componente curricular obrigatório nas licenciaturas da área educacional.

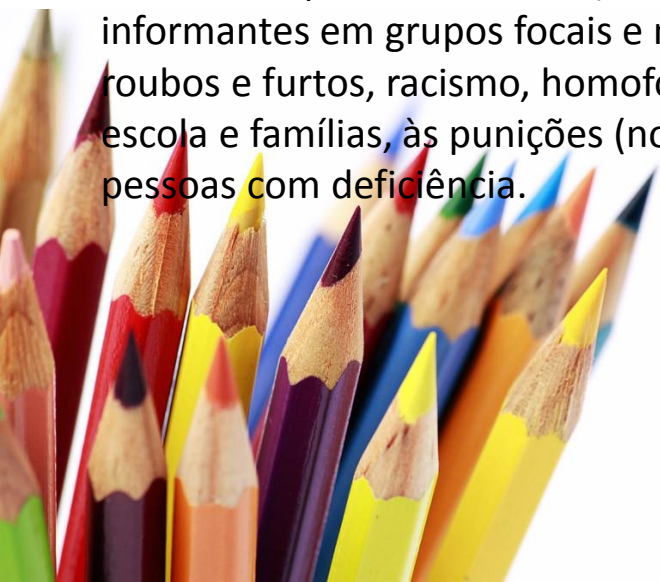
Art.9º estabelece que a Educação em Direitos Humanos “deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos/as os/as profissionais da Educação das diferentes áreas do conhecimento.”



Realização, financiamento ou colaboração em Pesquisas sobre violência e promoção dos direitos humanos no ambiente escolar

Pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (FIPE/USP/INEP/SECADI, 2009), estudo quantitativo alcançando 500 escolas de todo o país junto a estudantes, professores(as), diretores(as), profissionais de educação, responsáveis e membros do Conselho Escolar, com foco em crenças, atitudes e valores que expressam preconceito; distanciamento social e conhecimento de práticas discriminatórias no ambiente escolar. Pesquisa que produziu dados consistentes sobre preconceito e discriminação na escola nas temáticas etnicorracial, de deficiência, de gênero e orientação sexual, geracional, socioeconômica e territorial.

Pesquisa Conversando sobre Violência e Convivência nas Escolas (Flacso/OEI, 2011), desenvolvida em cinco capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Cuiabá, Rio Branco, Porto Alegre, Salvador), com 631 informantes em grupos focais e nas entrevistas realizadas, debatendo bullying, ameaça, agressões, roubos e furtos, racismo, homofobia, além de questões relacionadas à gestão escolar, à relação escola e famílias, às punições (no descumprimento das regras da escola), às relações de gênero e pessoas com deficiência.



Política de Educação em tempo integral

O **Programa Mais Educação** constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Uma de suas finalidades é “prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar”. (Portaria Interministerial nº17/2007)

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) - o MEC tem **ampliado a oferta de vagas** - A meta até 2014 é de construção de 6 mil creches e pré-escolas.

Brasil Carinhoso - prevê um acréscimo de 50% do Fundeb para todas as matrículas em creches para crianças de 0 a 3 anos; o aumento de 66,7% do valor da alimentação para a creche a pré-escola, e a antecipação do repasse do Fundo para as novas vagas em todas as creches municipais.



Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - é mais uma das estratégias do MEC que colabora no enfrentamento ao trabalho infantil, uma vez que a defasagem escolar é um dos principais problemas acarretados pelo fenômeno. O Pacto prevê formação continuada de professores alfabetizadores e orientadores de estudos; sistema informatizado para acompanhar a formação e a evolução da aprendizagem; disponibilização de material didático e avaliações anuais universais para os concluintes dos 2º e 3º anos do ensino fundamental.

Programa Ensino Médio Inovador - prevê a ampliação da carga horária mínima de 2.400 horas para 3 mil horas, a serem implantadas de forma gradativa; este incremento de 600 horas colabora para que o estudante permaneça mais tempo na escola, contribuindo para que não exerça atividade laboral fora da idade e da legislação. Esta maior permanência vem acompanhada pelo redesenho curricular, que deve abranger acompanhamento pedagógico, iniciação científica e pesquisa, artes, comunicação, participação juvenil, dentre outros .



Programa Salto para o Futuro: “Educação e Trabalho Infantil”

5 episódios que tratam de educação e trabalho infantil:

- Trabalho infantil e desempenho escolar;
- Educação e exploração sexual comercial como forma de trabalho infantil;
- Trabalho infantil doméstico e educação; e
- Trabalho infantil na agricultura familiar.

Série produzida pela TV Escola em parceria com a Secadi, exibida em TV Aberta-voltada para professores e gestores da Educação Básica, estudantes de cursos de formação de professores, de Faculdades de Pedagogia e de diferentes licenciaturas.



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Pronacampo - programa que tem como objetivo oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para a implementação da política de educação no campo. Trata-se de uma iniciativa importante no enfrentamento ao trabalho infantil, haja vista a incidência do fenômeno na área rural, em especial do trabalho infantil na agricultura de base familiar (41% dos ocupados de 10 a 15 anos atuam em atividades agropecuárias, segundo o IBGE / Censo Demográfico).

As ações do Pronacampo envolvem a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino; a formação inicial e continuada de professores; a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Abrange diversos públicos, mas tem ações voltadas para ensino médio, na faixa etária de maior incidência de trabalho infantil. É uma iniciativa que colabora na transição entre escola e trabalho, permitindo com que os adolescentes tenham formação adequada para ingresso no mundo do trabalho (na idade certa e dentro princípios do Trabalho Decente).



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica

O Ministério da Educação financia e acompanha a realização de cursos de formação continuada de profissionais da educação básica ofertados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior voltados para a promoção dos direitos da criança e do adolescente e implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Ementa do **Curso Escola que Protege:**

História da Infância e da Adolescência no mundo e no Brasil; Educação em Direitos Humanos; Marcos legais e institucionais - Estatuto da Criança e do Adolescente e a **Lei nº 11525/07**; Atores, Papéis e Atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos; Medidas Protetivas e Medidas Socioeducativas; **Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes; O ECA no Ambiente Escolar**; Relações de Gênero, Etnicorraciais e Diversidade Sexual; Conceitos de Ética e Exercício de Cidadania; Bullying e Mediação de conflitos; Uso indevido de drogas; Elaboração de Planos de Intervenção Educacional.



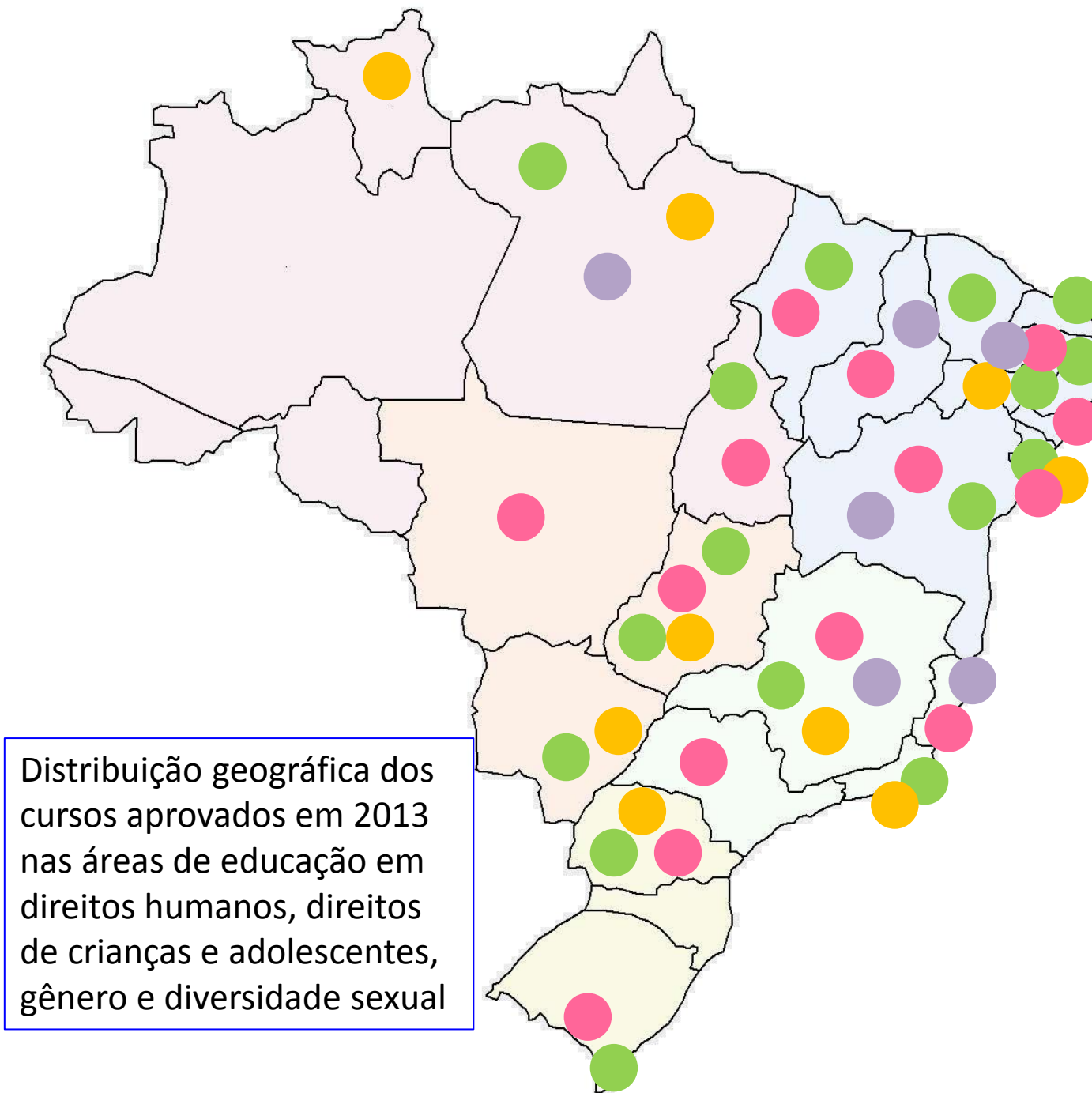
Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica

Em 2012, a Coordenação Geral de Direitos Humanos aprovou **28 projetos de curso** de formação continuada de professores em parceria com **15 universidades federais**, o que corresponde a **8.882 vagas** para cursos de formação continuada. No total, foram investidos **R\$ 6.652.266,90** para o custeio, alocados nas Matrizes Orçamentárias das IFES em 2012 e **R\$ 5.355.185,00**, destinados ao pagamento de bolsas.

Em 2013, a CGDH financiou a oferta de **14.690 novas vagas** em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização por **31 Instituições Públicas de Ensino Superior**, distribuídas nas áreas de educação em direitos humanos, gênero, diversidade sexual e direitos de crianças e adolescentes. **60 cursos** aprovados para profissionais de educação e outros atores que atuam junto às redes de ensino e na área de direitos humanos; investimento de **quase 30 milhões de reais** em custeio e bolsas – somente para esta área específica.



2013



- EDH
- EqP
- GDE
- GPP

Produção de materiais didático-pedagógicos

Foram elaborados e disponibilizados pelo Ministério da Educação e instituições parceiras as seguintes publicações:

- *Guia Escolar* – Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2004);
- *ECOAR* – O Fim do Trabalho Infantil – Educação, Comunicação e Arte na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (2007);
- *Escola que Protege* - Enfrentando a Violência contra Crianças e Adolescentes (2007).
- Cartilha *Os Direitos Humanos* - Ziraldo;
- *Vídeos Educativos* – Em defesa da criança e do adolescente;
- A Canção dos Direitos da Criança - *Manual para Encenar*;
- Cartilha *A Turma da Mônica em O Estatuto da Criança e do Adolescente*; entre outros.



Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

Acervos com até **45 obras de referência** elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, distribuição aproximadamente 60 mil escolas

Estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, essas obras devem contribuir para a formação de uma cultura cidadã e a afirmação de valores que se oponham a todo tipo de preconceito, discriminação e exclusão.

Áreas indígena; quilombola; campo; educação de jovens e adultos; direitos humanos; sustentabilidade socioambiental; educação especial; relações étnico-raciais e juventude.



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Programa de Extensão Universitária – ProExt

O Programa financia ações de extensão e pesquisa-ação em universidades públicas, incentivando também a incorporação dessas temáticas na formação inicial.

A linha temática **4.10.8 Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** prevê: apoio a ações de enfrentamento ao **abuso e exploração sexual** de crianças e adolescentes; apoio a ações de prevenção e **erradicação do trabalho infantil**; apoio a ações de **difusão do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA**; pesquisa-ação e apoio a ações de **proteção do adolescente trabalhador**.



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Prêmios Nacionais em Educação em Direitos Humanos e Igualdade de Gênero

Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos (SECADI/MEC; SDH/PR, OEI, Fundação SM, Undime e Consed) premia instituições públicas e privadas de educação básica e superior, secretarias estaduais e municipais de educação e instituições de educação não formal que desenvolvem ações nesta área.

Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (SEB/SECADI – MEC; SPM; CNPq e ONU Mulheres) tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades de gênero, contemplando suas intercessões com questões de classe, geração, raça, etnia e sexualidade.

Prêmio Educando para o Respeito à Diversidade Sexual (ABGLT), que teve apoio institucional do Ministério da Educação, tem a finalidade de reconhecer, valorizar e incentivar a promoção do respeito à diversidade sexual nas escolas brasileiras.



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
(Secadi)

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
(DPEDHUC)

Coordenação-Geral de Direitos Humanos (CGDH)

E-mail: direitoshumanos@mec.gov.br

Tel: (61) 2022-9205/9206



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

OBRIGADA.

Clélia Brandão
Alvarenga Craveiro
cleliacraveiro@mec.com.br.

61-95706845
61 20229077

